



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de

Mesquita Filho

Brasil

Pedro, Joana Maria

Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica

História (São Paulo), vol. 24, núm. 1, 2005, pp. 77-98

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221014791004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica

Joana Maria PEDRO¹

RESUMO: Neste artigo, estão sendo historicizadas categorias de análise como: “mulher”, “mulheres”, “gênero” e “sexo”, através de um diálogo com a história dos movimentos sociais de mulheres, de feministas, de gays e de lésbicas. Embora sejam categorias usadas de forma interdisciplinar, neste artigo focaliza-se principalmente o uso destas por historiadoras e historiadores, fazendo uma revisão do que se tem publicado no Brasil sobre o assunto. Dialoga-se com as teorias e busca-se, de forma didática, apresentar para estudantes e pesquisadoras/es um panorama de como estas categorias de análise têm sido constituídas e questionadas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; feminismo; mulheres.

Neste texto pretendo narrar como, através de um diálogo com movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas,² foram se constituindo algumas categorias de análise que hoje estão presentes em vários campos de conhecimento, sendo, portanto, interdisciplinar. Vou focalizar aqui, especialmente, categorias de análise como: “mulher”, “mulheres”, “gênero” e “sexo”, usadas por historiadoras e historiadores. Além disso, como este é um debate teórico por vezes considerado intrincado, minha intenção é muito mais traduzir este debate do que acrescentar qualquer reflexão teórica nova.

São poucas³ as historiadoras e os historiadores que, no Brasil, têm refletido sobre gênero como categoria de análise. O que mais se observa é seu uso em títulos de livros e de artigos. Nos textos é comum que apareçam citações de autoras como

Joan Scott⁴ e Judith Butler,⁵ sendo bem rara a prática da reflexão aprofundada sobre o assunto.⁶

Afinal, do que estamos falando quando dizemos “relações de Gênero”? Estamos nos referindo a uma categoria de análise, da mesma forma como quando falamos de classe, raça/etnia, geração. Mas, o que isto significa?

Todas/os nós sabemos que, em gramática, quando perguntamos pelo gênero de uma palavra, a resposta, invariavelmente em português, é: masculino ou feminino. Em português não temos o neutro como no latim, por exemplo. Como exemplo, vamos analisar gramaticalmente a palavra cadeira: ela é substantivo, singular e feminino, não é? E a palavra mar: em português é masculina, mas em francês – “la mer” – é feminina.

Em português, como na maioria das línguas, todos os seres animados e inanimados têm gênero. Entretanto, somente alguns seres vivos têm sexo. Nem todas as espécies se reproduzem de forma sexuada; mesmo assim, as palavras que as designam, na nossa língua, lhes atribuem um gênero. E era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra “gênero” no lugar de “sexo”. Buscavam, desta forma, reforçar a idéia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura.

O uso da palavra “gênero”, como já dissemos, tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito.

Na primeira metade do século XX, Margaret Mead afirmava que cada sociedade humana usava a diferença sexual como argumento na constituição dos papéis sociais.⁷ Entretanto, diz ela, estes usos são diferentes em cada sociedade.⁸ Ela estava, então, separando sexo – considerado como dado biológico –, do

temperamento – definido pela cultura. Em 1968, Robert Stoller, no livro “**Sex and Gender**”, empregou a palavra “gênero” com o sentido de separação em relação ao “sexo”. Neste livro, Robert Stoller estava discutindo sobre o tratamento de pessoas consideradas “intersexos e transexuais”, enfim, tratava de intervenções cirúrgicas para adaptar a anatomia genital (considerada por ele como sexo) com sua identidade sexual escolhida (considerada como gênero).⁹ Para este autor, o “sentimento de ser mulher” e o “sentimento de ser homem”, ou seja, a identidade de gênero era mais importante do que as características anatômicas.¹⁰ Neste caso, o “gênero” não coincidia com o “sexo”, pois pessoas com anatomia sexual feminina sentiam-se homens, e vice-versa.

Para o feminismo, a palavra “gênero” passou a ser usada no interior dos debates que se travaram dentro do próprio movimento, que buscava uma explicação para a subordinação das mulheres. Mas para mostrar como a palavra foi usada, é interessante narrar um pouco da trajetória dos movimentos feministas e de mulheres.

O feminismo, como movimento social visível, tem vivido algumas “ondas”. O feminismo de “primeira onda” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo chamado de “segunda onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres.¹¹ Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”.¹²

Foi justamente na chamada “segunda onda” que a categoria “gênero” foi criada, como tributária das lutas do feminismo e do movimento de mulheres. Estes movimentos feministas e de mulheres passaram a ganhar visibilidade nos anos 60, nos Estados Unidos. Tiveram como liderança o trabalho de Betty Friedan, “A **mística feminina**”;¹³ publicado nos Estados Unidos em 1963, e a organização, em 1966, do NOW – National Organization of Women. Na França, o trabalho de Simone de

Beauvoir, “*O segundo Sexo*”,¹⁴ publicado em 1949, também repercutiu no ressurgimento do movimento feminista francês.¹⁵

Entretanto, neste início do movimento feminista de “segunda onda”, a palavra gênero não estava presente. A categoria usada na época era “Mulher”. Esta, pensada em contraposição à palavra “Homem”, considerada universal, ou seja, quando se queria dizer que as pessoas são curiosas, por exemplo, dizia-se de forma genérica “o homem é curioso”. Aqui, a palavra homem pretendia incluir todos os seres humanos.

Até hoje, é muito comum na nossa fala ou na escrita, quando nos referimos a um grupo de pessoas, mesmo sendo em sua grande maioria mulheres, mas tendo apenas um homem presente, usamos o termo plural no masculino.

O que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim, o que o movimento reivindicava o fazia em nome da “Mulher”, e não do “Homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da “mulher”. Como exemplos podemos citar: o direito de “ter filhos quando quiser, se quiser” – , a luta contra a violência doméstica, a reivindicação de que as tarefas do lar deveriam ser divididas, enfim, era em nome da “diferença”, em relação ao “homem” – aqui pensado como ser universal, masculino, que a categoria “Mulher”, era reivindicada.

Assim, era como “Mulher” que elas reafirmavam uma identidade, separada da de “Homem”. E era em nome desta identidade que nesta “Segunda Onda” constituiu-se a prática de realizar grupos de reflexão compostos somente por mulheres. O argumento para que estes grupos fossem assim – exclusivamente formados por elas –, foi muito bem explicado por Françoise Colin. Ela dizia que a presença dos homens nas reuniões freava as palavras e as iniciativas das mulheres; por isso, era para escapar a estes freios que os movimentos feministas não aceitavam reuniões mistas.¹⁶ E o que se fazia nestas reuniões nas quais só participavam mulheres? Cada uma narrava a maneira como tinha sido criada – diferente dos meninos –, de como em cada etapa da

vida – infância, adolescência, maturidade – tinha vivido seu corpo de forma diferente e sofrido os preconceitos, as violências, enfim, os impedimentos de se desenvolver plenamente.¹⁷ Nestas reuniões, as mulheres percebiam que o que tinha acontecido com elas, individualmente, era comum a todas as demais e concluíam que – como tinha dito Simone de Beauvoir – era a cultura, dominada pelos homens, que as tinha tornado submissas e com tão baixa auto-estima.

Esta perspectiva “separatista”¹⁸ – de somente reunir mulheres –, como se pode ver, baseava-se numa identidade considerada comum a todas, ou seja, todas as pessoas que, entendiam, possuíam um mesmo sexo, no caso, o feminino, eram identificadas como “Mulher” e passavam a ser pensadas como submetidas ao sexo masculino – sendo, portanto, alvos da mesma forma de opressão.

A maneira como expressaram este “separatismo” e esta identidade fez com que fossem consideradas “diferencialistas”, principalmente aquelas que seguiam o grupo ligado a Luce Irigaray¹⁹ e Helène Cixous,²⁰ na França, em comparação com as seguidoras de Simone de Beauvoir, considerada “igualitarista”.²¹

As “diferencialistas” eram acusadas de “essencialistas” – ou melhor, de que negariam a temporalidade ao atribuir uma ontologia primordial e imutável aos produtos históricos da ação humana.²² Enfim, que estariam considerando que seria o sexo – no caso o genital – que portavam o que promoveria a diferença em relação aos homens, e que lhes dava a identidade para as lutas contra a subordinação. Assim, diziam que o fato de portarem um mesmo corpo que tem menstruação, que engravidia, amamenta e é considerado menos forte, fazia com que fossem alvos das mesmas violências e submissão.

Desta forma, enquanto as igualitaristas reivindicavam que as mulheres participassem em igualdade de condições com os homens na esfera pública, as “diferencialistas” preconizavam a “feminização do mundo”, e, no caso de Luce Irigaray, a “reinvenção do feminino”. As chamadas “diferencialistas” acusavam, por sua vez, as igualitaristas de exigirem que “todas as mulheres fossem homens para poderem entrar na esfera pública”. Contra isto, afirmavam que, para terem poder, as

mulheres “deveriam recolocar sua diferença como de igual valor com a diferença dos homens.” Assim, embora chamadas de “essencialistas”, as diferencialistas tinham uma perspectiva da diferença entre homens e mulheres tão cultural quanto as chamadas “igualitaristas”.²³

Ademais, o próprio uso da categoria “Mulher” sofria interpretações as mais diversas, dependendo da maneira como entendiam as relações. Foi, entretanto, principalmente no contexto norte americano, que esta categoria foi criticada com mais eficácia.

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença. Ou seja, a categoria “mulher”, que constituía uma identidade diferenciada da de “homem”, não era suficiente para explicá-las. Elas não consideravam que as reivindicações as incluíam. Não consideravam, como fez Betty Friedan na *“Mística Feminina”*, que o trabalho fora do lar, a carreira, seria uma “libertação”. Estas mulheres há muito trabalhavam dentro e fora do lar. O trabalho fora do lar era para elas, apenas, uma fadiga a mais.²⁴ Além disso, argumentavam, o trabalho “mal remunerado” que muitas mulheres brancas de camadas médias reivindicavam como forma de satisfação pessoal, poderia ser o emprego que faltava para seus filhos, maridos e pais.

Todo este debate fez ver que não havia a “mulher”, mas sim as mais diversas “mulheres”, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. Afinal, as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão, e o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais. Assim, a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Isto fez com que a categoria “Mulher” passasse a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria “mulheres”, respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença. E, mais: que a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas. Mesmo assim, era preciso não esquecer que, mesmo prestando

atenção nas diferenças entre as mulheres, não era possível esquecer as desigualdades e as relações de poder entre os sexos.²⁵

Convém destacar que, independentemente de usar a categoria “mulher” ou “mulheres”, a grande questão que todas queriam responder, e que buscavam nas várias ciências, era o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus. Assim, constatavam, não importava o que a cultura definia como sendo atividade de mulheres: esta atividade era sempre desqualificada em relação àquilo que os homens, desta mesma cultura, faziam.

Foi desta forma que também nos trabalhos acadêmicos, e entre eles os da História, inicialmente a categoria de análise mais usada foi justamente “mulher”. Foi com esta categoria que as historiadoras e historiadores procuraram integrar, na narrativa que se fazia da história da humanidade, a presença das mulheres. Foi também buscando mostrar a diferença no interior da categoria “mulher” que passaram a utilizar a palavra “mulheres”.

Algumas feministas, como Andrée Michel, já haviam alertado para a ausência de personagens femininas na história. Esta alertava, por exemplo, em seu livro “*O feminismo*”, publicado na França em 1979, para o fato de que, apesar de inúmeras mulheres francesas terem participado do esforço em pôr um fim nas guerras coloniais – e ela as nomeia –, a história delas se esqueceu, trazendo apenas nomes masculinos e dando visibilidade para algumas enfermeiras, pelo fato de estas desempenharem uma função aceita pelos homens como feminina.²⁶

Convém lembrar que “entrar para a história” tem sido um valor disputado. A antiga forma de escrever a história, costumeiramente chamada de “positivista”, ou às vezes “empírista”, dava destaque a personagens, em geral masculinos, que tinham de alguma forma participado dos governos e/ou de guerras. Para muitas pessoas, esta era uma forma de “imortalidade”. Pertencer a esta grande narrativa significava, e ainda significa, prestígio. Elizabeth Fox Genovese²⁷ chama este tipo de história de “história de governantes e de batalhas”. Nesta história, afirma ela, não havia lugar para as mulheres. Mas não

era só para mulheres que não havia lugar: também não havia lugar para quem não ocupava cargos no Estado ou não dirigia guerras, não importando se fossem homens ou mulheres. Nesta perspectiva da “história de governantes e de batalhas”, as mulheres só eram incluídas quando ocupavam, eventualmente, o trono (em caso de ausência de filho varão) ou então quando se tornavam a “face oculta” que governava o trono, ou a república, por trás das cortinas, dos panos, do trono ou seja lá do que for,²⁸ numa clara insinuação sensual/sexual que pensa que as coisas são decididas nos leitos de amantes. Estes leitos costumam ser considerados os responsáveis pelas “grandes” decisões da história, e promovem a queda ou a ascensão de governantes.

Carregadas de estereótipos, estas análises reforçaram mitos ora da suprema santidade, ora da grande malvadez das poucas mulheres que ocupam algum cargo de destaque nos governos e/ou nas guerras. Engrossam este panteão as rainhas, as princesas e as donzelas guerreiras, das quais Joana D’Arc é uma espécie de arquétipo do “bem”, enquanto Lucrecia Borgia, por exemplo, é considerada um exemplo do “mal”.

Nesta forma de escrita da história, baseada principalmente em fontes narrativas oficiais, não pode haver lugar para a categoria “gênero”, mas apenas para a categoria “mulher”, pensada sob o aspecto de categoria universal. Nesta perspectiva, algumas historiadoras e historiadores, investindo na onda do movimento feminista, tentaram “resgatar”, para a história, a narrativa da vida das “grandes mulheres”. É exemplo desta forma de abordagem um dicionário, recentemente publicado, que se intitula: “Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado”.²⁹ Este dicionário é fruto de um projeto, cujo título utiliza a categoria “mulher”. Chama-se “Projeto Mulher – 500 anos por trás dos panos”. Como se pode observar, novamente aparece a metáfora do poder escondido. Neste dicionário existem 900 verbetes com dados biográficos de mulheres brasileiras.

Este dicionário, publicado em 2000, por outro lado mostra-nos que o fato de várias historiadoras passarem a usar a categoria “mulheres”, não significa que “mulher” não continue sendo

usada, seja nas narrativas históricas, seja em movimentos sociais. Vale dizer: quero deixar claro que as categorias que estou historicizando não formam uma evolução na direção da categoria “mais correta”.

Entre as historiadoras e os historiadores que passaram a seguir a tradição da historiografia dos Annales – que pretendia ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns –, tornou-se mais fácil escrever uma história que incluisse as mulheres. A proposta do método regressivo de Marc Bloch no seu livro-testamento “*O ofício do Historiador*”,³⁰ permite-nos pensar no passado não só pelas questões do presente, como, também, observar outras fontes, além das unicamente oficiais e narrativas. Assim, com os pés plantados no seu tempo, a historiadora ou o historiador que se engaja nesta tradição não poderia ficar alheia (sic) aos movimentos sociais das mulheres em suas múltiplas configurações, nos múltiplos feminismos que, desde meados do século XIX, reivindicavam direitos e o fim das hierarquias baseadas no sexo.

Dentro desta perspectiva, um novo estoque de fontes tornou-se possível para a escrita da história. Foi neste sentido que, escrevendo na década de 80 do século XX, Maria Odila Leite da Silva Dias perguntava, em seu livro, que se tornou base para esta nova historiografia, se o que tornava difícil a história das mulheres era a ausência de fontes ou a invisibilidade ideológica destas. E a proposta era a de buscar as minúcias, de ler nas entrelinhas, de garimpar o metal precioso das fontes em meio a abundante cascalho.³¹ Tem sido desta forma que inúmeras pessoas têm escrito a história das mulheres.

Na trilha da História das Mulheres, muitas pesquisadoras e pesquisadores têm procurado destacar as vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres no passado. Assim, destacam-se no plano internacional da historiografia, os nomes de Michelle Perrot,³² Georges Duby, Françoise Thébaud, Joan Scott, June Hanner, Natalie Zemon Davis,³³ para citar as estrangeiras, e de Maria Odila da Silva Dias, Margareth Rago, Miriam Moreira Leite, Rachel Soihet, Mary Del Priore, Eni de Mesquita Sâmara, Leila Algranti, Paula Figueiredo,

Maria Lucia de Barros Mott de Melo e Souza, e eu mesma,³⁴ para citar algumas das brasileiras.

Assim como, no movimento feminista, foi do interior da categoria mulheres que surgiu a categoria gênero, foi também entre as historiadoras que estavam escrevendo sobre história das mulheres que a categoria de análise “gênero” passou a ser utilizada. Estas foram inspiradas, em sua maioria, pelo texto, muitas vezes citado, de Joan Wallach Scott: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”,³⁵ publicado no Brasil em 1990.

Neste artigo, Joan Scott retoma a diferença entre sexo e gênero, já empregada na década de 60 por Robert Stoller; entretanto, ela o articula com a noção de poder. Assim, ela informa que sua definição de gênero:

[...] tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.³⁶

Assim, diferentemente do que Robert Stoller tinha proposto – ou seja, de que gênero era o sexo social/cultural e sexo se referia à biologia –, para Joan Scott gênero é constituído por relações sociais: estas estavam baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, por sua vez, constituíam-se no interior de relações de poder.

Num artigo publicado em 1988, nos Estados Unidos, Joan Scott explicava como chegou a esta categoria. Informava, então, que “gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais”, e este saber, dizia ela, era pensado no sentido que lhe dava Michel Foucault, isto é, sempre relativo; seus usos e significados “nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas”.³⁷

Portanto, concluía Scott, “gênero é a organização social da diferença sexual.” Por outro lado, ela lembrava que gênero não refletia ou implementava diferenças fixas e naturais entre homens

e mulheres, mas “um saber que estabelece significados para as diferenças corporais”.³⁸

Ela, então, alertava que a disciplina História não era apenas o registro, e sim a forma como os sexos se organizavam e dividiam tarefas e funções através do tempo. A história era, ela mesma, responsável pela ”produção sobre a diferença sexual”.³⁹ Pois uma narrativa histórica que nunca é neutra, e que apenas relata fatos em que homens estiveram envolvidos, constrói, no presente, o gênero. A história, neste caso, é uma narrativa sobre o sexo masculino, e constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história.

O que motivava esta autora, ao teorizar sobre “gênero”, era a mesma coisa que motivava o movimento feminista e as historiadoras feministas a escreverem a história das mulheres, ou seja, “apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres”. Assim, o que ela pretendia era propor uma análise sobre “como as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas”.⁴⁰

Para responder a esta questão, Scott apóia-se nos pós-estruturalistas,⁴¹ que se preocupam com o significado, pois enfatizam a variedade e a natureza política destes.⁴² Aliás, a partir desta perspectiva, ela propõe que a história seja escrita a “respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade, foram construídos”.⁴³

Desta forma, uma história feminista torna-se uma maneira de fazer a crítica da maneira como esta história é narrada e como esta disciplina atua, tornando-se um “lugar de produção do saber de gênero”.⁴⁴ Para quem quer escrever esta história, trata-se de observar os significados “variáveis e contraditórios” que são atribuídos à diferença sexual. Além disso, é preciso perceber em quais contextos políticos os significados da diferença sexual são criados e/ou criticados e, então, verificar como, por exemplo, o “verdadeiro homem” ou a “verdadeira mulher” são diferentes em cada período do passado, procurando sempre se diferenciar um do outro, e ao mesmo tempo nunca coincidindo com as pessoas de “carne e osso”.⁴⁵

Para as historiadoras, o uso da categoria de análise gênero significava, como lembrou a historiadora Natalie Zemon Davis

em 1974, combater o determinismo biológico, focalizando a relação entre homens e mulheres, compreendendo as significações do gênero no passado.⁴⁶ Traduzindo: elas estão nos convocando para observar o que significava ser homem ou mulher no passado.

O que levou Scott a discutir uma categoria de análise como o “gênero” foi, segundo ela, o fato de que as/os historidoras/es não são muito “treinados” para serem “reflexivos ou rigorosos sobre sua teoria”, e que, por isso, ficou preocupada quando observou o pouco impacto da história das mulheres.⁴⁷

Os textos de Joan Scott, como vimos no início deste texto, passaram a ser traduzidos e publicados no Brasil a partir de 1990, e sua influência foi muito grande na historiografia. Poucos são os trabalhos que discutem gênero que não a citam – mesmo que seja para refutá-la. Algumas historiadoras, que escreviam sobre história das mulheres, continuaram a fazê-lo, entretanto, usando a categoria gênero.

O uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero. Foi desta maneira que Cleci Eulália Favaro, falando das famílias italianas que migraram para o Rio Grande do Sul, mostrou o estabelecimento de hierarquias no significado do que era ser feminina entre sogras e noras. Ou seja, o que Cleci focalizou foi a relação de gênero entre mulheres. Neste caso, a sogra, na relação de poder com a nora, mostrava-lhe quanto ela era “muito mais mulher” do que a nora.⁴⁸

Rachel Soihet apontou a forma como o antifeminismo atua na constituição do gênero.⁴⁹ Maria Bernardete Ramos Flores observou, nas décadas de 20 e 30, o reforço do gênero através dos discursos que enfatizavam a maternidade nas campanhas de regeneração nacional que se vinculavam à eugenia e à higiene.⁵⁰ Françoise Thébaud refletiu sobre as duas guerras mundiais,

perguntando até que ponto estas interferiram na constituição do gênero.⁵¹

Inúmeras vezes já foi afirmado que as guerras promoveram mudanças nas relações entre homens e mulheres, isto é, que as guerras trouxeram mais oportunidades para elas de ganharem autonomia financeira, o que, consequentemente, levou à conquista de direitos políticos, reduzindo as hierarquias de gênero. Será verdade? É isto que a historiadora citada focaliza e questiona. Considera que as mudanças ocorridas foram apenas provisórias, e que, após a guerra, presenciou-se um retorno aos antigos significados do gênero, com reforço na rigidez das afirmações da diferença. Ou seja: é como se, após a guerra (período considerado de exceção), homens e mulheres tivessem voltado aos seus “devidos lugares”; assim, todas aquelas que haviam sido convidadas a participar de diferentes funções costumeiramente atribuídas aos homens, teriam sido convidadas a retornar para suas antigas atividades, ligadas à casa e ao privado.⁵²

Por outro lado, no Rio Grande do Sul, Aurea Tomatis Petersen,⁵³ por exemplo, mostrou em sua tese de doutorado como as mulheres entraram no Banco do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, em substituição aos homens que foram para a guerra, mudando, desse modo, a relação no interior do banco. Marlene de Faveri, em sua tese de doutorado, narra como homens e mulheres de diferentes etnias envolveram-se de maneira diferenciada com o cotidiano da guerra, em Santa Catarina. Mostra como a guerra teve um significado diferente para cada pessoa, em vista do gênero e da etnia.⁵⁴

Por sua vez, várias autoras, tais como Margareth Rago, Maria Izilda Matos, Cristina Scheibe Wolff, Roselane Neckel,⁵⁵ entre outras, têm contribuído para o conhecimento da história das relações de gênero, focalizando a maneira como o gênero se constitui num ponto de apoio para constituições de subjetividades, políticas públicas e relações com a história.

Além do uso das contribuições de Joan Scott, as historiadoras e historiadores têm incorporado novas discussões do campo do gênero e participado dos debates teóricos que trouxeram o historiador Thomas Laqueur, a filósofa Judith

Butler e a historiadora Linda Nicholson. É desta forma que seus trabalhos têm colocado posto em questão a diferença entre sexo e gênero, enfatizando ainda mais o afastamento em relação ao essencialismo. Convém destacar ainda que muito destes questionamentos são tributários dos movimentos gays e lésbicos.

Um livro que tem sido recentemente muito citado pelas estudiosas do gênero, é o de Thomas Laqueur. Este historiador da medicina, em 1992, publicou um livro chamado “*Making sex – body and gender from the greeks to Freud*”, publicado em espanhol em 1994 e em português em 2001. A grande novidade deste livro era que, diferentemente de Stoller e de outros que separavam sexo de gênero, ou de outras pesquisadoras que relacionaram o gênero com as “diferenças percebidas entre os sexos”, como é o caso de Joan Scott, e que no caso dava antecedência ao sexo, colocando-o quase como um elemento pré-discursivo, Laqueur invertia a questão, afirmando que era o gênero que constituía o sexo.⁵⁶

O impacto de Laqueur foi mostrar aquilo que Foucault⁵⁷ falava sobre o saber como elemento de poder, e o que Scott articulava como constituindo o gênero. Através da história da medicina, Laqueur mostrou como a diferença entre os sexos era uma invenção que remontava ao século XVIII. Ou seja, que até esta época havia o registro de um único sexo – o masculino: neste caso, a “mulher” era considerada um “macho incompleto”. De acordo com este autor, foi a partir de então que se reforçou a diferença, passando ao registro de dois sexos, considerados muito diferentes. Neste caso, de acordo com o autor, foram as relações de gênero que instituíram o sexo. Em suas próprias palavras:

[...] quase tudo que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo do sexo único como no de dois sexos, é situacional: é explicável apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder.⁵⁸

Juntamente com este autor, outras autoras passaram a questionar a forma como o gênero estava sendo pensado em relação ao sexo, pois, apesar da afirmação de que se tratava de

coisas diferentes, era sobre o sexo biológico que se estava constituindo a identidade de gênero, e no caso dos integrantes dos movimentos gays e lésbicos, estes termos não coincidiam.⁵⁹

Foi dentro desta perspectiva que Judith Butler questionou a categoria gênero como sendo calcada no sexo biológico em seu livro “Problemas de Gênero”.⁶⁰ Assim, seguindo a perspectiva de Foucault sobre o caráter discursivo da sexualidade, Butler propõe o que ficou sendo chamado como “teoria performática”. De acordo com esta teoria, a “performatividade” do gênero é um efeito discursivo, e o sexo é um efeito do gênero.

Para chegar a esta questão, a autora pergunta: “O que é o sexo?” E continua perguntando:

É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais “fatos” para nós? Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? Haveria uma história como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma.⁶¹

Judith Butler está, então, questionando a própria categoria gênero como “interpretação cultural do sexo”. E mais: afirma, categoricamente “gênero não está para a cultura assim como o sexo está para a natureza”. Desta forma, a autora focaliza o sexo como resultado “discursivo/cultural”, e questiona a constituição do sexo como “pré-discursivo” e, portanto, anterior à cultura.⁶²

Uma outra pesquisadora que também tem sido uma grande referência para as discussões entre as historiadoras sobre o gênero é Linda Nicholson. Esta historiadora, seguindo as discussões de Foucault, Laqueur e Butler, lembra que separar sexo de gênero e considerar o primeiro como essencial para elaboração do

segundo pode ser, como queriam as feministas dos anos setenta, uma forma de fugir do determinismo biológico, mas constitui-se, por sua vez, num “fundacionalismo biológico”. Isto porque “postula uma relação mais do que acidental entre a biologia e certos aspectos de personalidade e comportamento.”⁶³ Ou seja, “funda” sobre o biológico aquilo que a cultura estabelece como sendo personalidade e comportamento de homens e mulheres.

Assim, seguindo estas propostas teóricas, o sexo deixa de ser pensado como o significante sobre o qual se constrói o significado. O próprio significante é questionado em sua materialidade “neutra”. Nesta trilha, têm surgido trabalhos que focalizam a forma como a medicina lida com as crianças hermafroditas, ou melhor, quando os médicos “decidem” qual sexo será o “verdadeiro”, tendo por base o gênero. É assim que, em caso de dúvida, costuma-se dar à criança um “sexo” feminino.⁶⁴ O que se está mostrando é a forma como as relações de gênero não só instituem o “verdadeiro sexo”, como atuam no regime de uma heterossexualidade obrigatória.⁶⁵

Com estes aportes, é necessário pensar que pesquisas estamos fazendo na História. Estamos usando esta disciplina para reforçar a heterossexualidade ao considerá-la como a norma? Como estamos observando os discursos da constituição do Estado? O que é generificado nestes discurso? Quais relações são feminilizadas e quais masculinizadas?

Ao observarmos, como profissionais da História, as práticas que ensejam a divisão sexual do trabalho, dos espaços, das formas de sociabilidade, bem como a maneira como a escola, os jornais, a literatura, enfim, os diferentes meios de comunicação e divulgação constituem as diferenças reforçando e instituindo os gêneros, estamos escrevendo uma história que questiona as “verdades” sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente.

PEDRO, Joana Maria Translating the debate: the usage of gender category in the historical research. *História*, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

ABSTRACT: In the present article categories of analysis such as “woman”, “women”, “gender” and “sex” are historicized through a dialogue with the history of the women, feminists, gays and lesbians social movements. Although they are categories used in an interdisciplinary mode, we chiefly focus on their employment by historians through a review of what has been published on the matter. The theories are discussed and an overview on how such categories of analysis have been constituted and questioned is presented, in an instructive way, to students and researchers.

KEYWORDS: Gender, feminism, women.

NOTAS

¹ Departamento de História – Universidade Federal de Santa Catarina. CEP 88040-900. e-mail: joanapedro@terra.com.br.

Texto preparado para ser apresentado como conferência no evento: III Seminário Educação e Gênero e II Seminário sobre Infância, a ser realizado em Tocantinópolis - TO, entre 8 e 10 de março de 2006. Agradeço a leitura crítica das professoras Roselane Neckel, Cristina Scheibe Wolff, do professor Marcos Fabio Freire Montysuma e dos estudantes Gabriel Jacomel, Juliano Malinverni da Silveira, Maria Cristina Athayde, Soraia Mello e Veridiana Oliveira. Agradeço, ainda, a Aimberê Araken Machado pela revisão da redação.

² Estou entendendo, como movimento feminista, as lutas que reconhecem as mulheres como oprimidas. É a afirmação de que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza e, portanto, são passíveis de transformação. Como movimento de mulheres, estou entendendo que se trata de movimentos cujas reivindicações não são de direitos específicos das mulheres. Tratam-se de movimentos sociais cujos componentes são, em sua maioria, mulheres. Ver, a este respeito, HIRATA, Helena; et. alii. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: Pressea Universitaires de France, 2000, p.125-130. Por movimentos gays e lésbicos estou entendendo as lutas que exigem que a sociedade reconheça indivíduos que consideram seus relacionamentos íntimos, com pessoas do mesmo sexo, como essenciais à sua identidade pessoal. No entanto, convém destacar que algumas lésbicas não querem ser consideradas como pertencentes ao movimento gay. Querem ser identificadas como

mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres e que suas atitudes são “um ato político”. Ver: ARRIOLA, Elvia R. Desigualdades de gênero: lésbicas, gays e teoria legal feminista. *Revista Estudos Feministas*, v.2, n.2, p. 388-427, 1994.

³ Neste texto, contrariando a gramática da língua portuguesa, usarei os plurais no feminino quando incluírem palavras masculinas e femininas. Faço isto para apontar a contingência das regras gramaticais que estabelecem o masculino como o plural e o universal.

⁴ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990.

⁵ É muito citado o livro BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁶ Algumas autoras se aventuraram nesta direção; entre elas, destacamos: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINNI, Cristina (org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, p.39-53. SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel e MATOS; Maria Izilda S. de. *Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997; MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, n.11, p.67-75, 1998; SOIHET, Rachel. História das mulheres e história do gênero. Um depoimento. *Cadernos Pagu*, n.11, p.77-87, 1998; RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, n.11, p.89-98, 1998; RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar. *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p.21-41. PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*, n. 2, p.35-44, 1994.

⁷ A categoria “papel social” pressupõe que os indivíduos ocupam posições na sociedade, e o desempenho de seus “papéis” é determinado por normas e regras sociais.

⁸ MEAD, Margaret. *Male and female: a study of the sexes in a changing world*. New York: Morrow, 1949, apud STOLCKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. *Revista Estudos Feministas*, v.12, n.2, 2004, p.82.

⁹ STOLLER, Robert J. *Sex and gender*. New York: Science House, 1968, apud STOLCKE, V. *Op. cit.*, p.86; e MORAES, Maria Lygia Quartim. Usos e limites da categoria gênero. *Cadernos Pagu*, n.11, p.99-105, 1998.

¹⁰ MORAES, M. L. Q. *Op. cit.*, p.99-105.

¹¹ Ver: DELPHY, Christine. Patriarcat (Théories du) In: HIRATA, Helena et alii. (org.). *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 2000.

¹² Afirmando que as relações que se estabelecem na intimidade dos lares eram relações de poder e deveriam ser levadas para o espaço público para serem legisladas. Veja-se o caso da contracepção, do aborto, da violência doméstica que exigem legislação.

¹³ FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

¹⁴ BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967; e BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, s/d.

¹⁵ O trabalho de Simone de Beauvoir serviu de inspiração a Betty Friedan, em seu livro.

¹⁶ Françoise Collin, Nuevo Feminismo. Nueva sociedad o el advenimiento de outra. *Boletim Nosotras*, Grupo Latinoamericano de Mujeres, ano II, n.21/22, sept-oct., p.9-12.

¹⁷ Evidentemente, nem todas as mulheres consideravam que tinham sido criadas diferentes dos “meninos”; em entrevista com mulheres identificadas com o feminismo, as narrativas foram as mais diversas.

¹⁸ Este período é chamado de “separatista” devido a esta prática de grupos de reflexão, do qual os homens estavam proibidos de participar.

¹⁹ IRIGARAY, Luce. *Ce Sexe qui n'en est pas un*. Paris: Minuit, 1977.

²⁰ CIXOUS, Hélène. Contes de la différence sexuelle. In NEGRON, Mara (org.) *Leituras de la Différence Sexuelle*. Paris: Des Femmes, 1990.

²¹ MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, n.11, p. 107-125, 1998.

²² STOLCKE, V. *Op. cit.*, p.81.

²³ MACHADO, L. Z. *Op. cit.*, p.119.

²⁴ STOLCKE, V. *Op. cit.*, p.92.

²⁵ THÉBAUD, Françoise. Genre et histoire. In: CHRISTINE BARD, Christine; CHRISTIAN BAUDELOT, Christian; JANINE MOSSUZ-LAVAU, Janine. *Quand les femmes s'en mêlent – genre et pouvoir*. Paris: Éd de la Martinière, 2004, p. 44-63.

²⁶ MICHEL, Andrée. *O feminismo*: uma abordagem histórica. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.78.

²⁷ FOX-GENOVESE, Elizabeth. Cultura e consciência na história intelectual das mulheres europeias. *The journal of Women in culture and society*, v.12, n.31, Printed by the University of Chicago, p.529-547, 1987.

²⁸ PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In: _____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988, p.168.

²⁹ SHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

³⁰ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

³¹DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo o século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

³²PERROT, Michelle. *Op. cit.*

³³São muitas as obras das autoras e autores citadas/os, entre estas destacamos: PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998; DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *As mulheres e a história*. Lisboa: Dom Quixote, 1995; THÉBAUD, Françoise. *Quand nos grand-mères donnaient la vie. – La maternité en France dans l'entre –deux-guerres*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1986; SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal*. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002; DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1997; HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino*. A luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz-RS: Edunisc, 2003.

³⁴RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; LEITE, Miriam Moreira. (ORG). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984; ALGRANTI, Leila Mezan. *Horradas e devotas*: mulheres da colônia, condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio & Edunib, 1993; ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas*: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Èpoque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo o século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Côlonia. Rio de Janeiro: José Olympio, Edunib, 1993; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória*: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, Edunib, 1993; SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo século XIX. São Paulo: Marco Zero, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989; PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas*: uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1998; SOUZA, Maria Lúcia de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes*; Mme Durecher e sua época. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História) – USP.

³⁵SCOTT, J. *Op. cit.*

³⁶Idem, p.14.

³⁷Este artigo foi traduzido e publicado no Brasil em SCOTT, Joan W. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n.3, p.11-27, 1994, p. 11.

³⁸Idem, p.13.

³⁹Idem.

⁴⁰ Idem, p.14

⁴¹ O pós-estruturalismo questiona a idéia de uma estrutura fixa e objetiva de significado ou relações sociais – que eram a base do estruturalismo. Ver WOUTHWAIT, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p.276.

⁴² SCOTT, J. W. *Op.cit.* p.17.

⁴³ Idem, p.19.

⁴⁴ Idem, p.25.

⁴⁵ Idem, p.16.

⁴⁶ DAVIS, Natalie. Women's History in Transition: the European case. *Feminist Studies*, v.3, n.3/4, 1976, p.83-103, apud THÉBAUD, Françoise. *Genre et histoire*. In: CHRISTINE BARD, Christine; CHRISTIAN BAUDELOT, Christian; JANINE MOSSUZ-LAVAU, Janine. *Quand les femmes s'en mêlent – genre et pouvoir*. Paris: Éd de la Martinière, 2004, p.44-63

⁴⁷ SCOTT, J. W. *Op. cit.* p.14.

⁴⁸ FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas. Contradições, ambivalências e violências*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

⁴⁹ SOIHET, Rachel. Violência Simbólica. Saberes Masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, v.5, n.1, p.7-29, 1997.

⁵⁰ RAMOS, Maria Bernardete. O Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzira Bittencourt. *Estudos Feministas*, v.10, n.1, p.11-37, 2002.

⁵¹ THÉBAUD, Françoise. A grande guerra. O triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges e PERRON, Michelle. *História das mulheres no Ocidente (O século XX)*, v.5. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995, p.68.

⁵² Idem.

⁵³ PETERSEN, Aurea Tomatis. *Trabalhando no banco: trajetória de mulheres gaúchas desde 1929*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História) – PUCRS.

⁵⁴ FAVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, Itajaí: Univali, 2004.

⁵⁵ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; RAGO, Margareth. *Entre a história e a Liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2001; MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2001; WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história do Alto Juruá – Acre (1890-1945)*. São Paulo: HUCITEC, 1999; NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em História) – PUC-SP.

⁵⁶ LAQUEUR, Thomas. *La construcción Del sexo: cuerpo y género desde los griegos hasta Freud*. Madrid: Cátedra, 1994.

⁵⁷ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

⁵⁸ LAQUEUR, T. *Op. cit.*, p.23.

⁵⁹ É importante destacar, embora não seja minha questão neste texto, as discussões sobre a teoria queer, as quais tem se amparado nos aportes teóricos trazidos por estas discussões de Thomas Laqueur e Judith Butler.

⁶⁰ BUTLER, J. *Op. cit.*

⁶¹ Idem, p.25.

⁶² Idem.

⁶³ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos*, v.8, n.2, p.9-41, 2000.

⁶⁴ MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.24, p.249-281, jan.-jun., 2005.

⁶⁵ Uma historiadora brasileira que tem trabalhado dentro desta perspectiva é Tânia Swain. Ver SWAIN, Tânia Navarro. Feminismos: teorias e perspectivas. *Textos de História*: revista do Programa de Pós-graduação em História da UNB. Brasília: UNB, v. 8, n.1/2, 2000.

Artigo recebido em 05/2006. Aprovado em 06/2006.